

A partir deste número, a revista *Nação e Defesa* deixará de ser exclusivamente temática. Esta decisão não resultou de uma oposição ao princípio dos números temáticos – aliás, quando se proporcionar, a revista publicará números temáticos – mas da necessidade de tornar a política de publicação mais flexível e eficiente. Além disso, um excessivo apego ao princípio do número temático exclui artigos que, pela sua originalidade, especificidade e valor, não cabendo nos temas escolhidos, merecem ser publicados. Uma das vocações da *Nação e Defesa* é a publicação de trabalhos de jovens investigadores nas áreas da segurança e da defesa. Ora, uma política de publicação flexível e aberta facilita este objectivo. No caso de outros critérios, como a qualidade, a relevância e a seriedade, a *Nação e Defesa* continuará a ser rigorosa e manterá o rumo que a caracteriza desde a sua fundação.

O número 109 da *Nação e Defesa* já é o resultado do abandono do critério do número temático. No lugar de um tema central, temos um conjunto de artigos sobre várias questões relevantes. Podemos destacar cinco temas. Em primeiro lugar, dois dos artigos publicados analisam categorias conceptuais relevantes para a luta contra o terrorismo. Por um lado, André Bandeira, a partir de uma perspectiva histórica e filosófica, discute a questão da “preempção”, conceito que se elevou a uma posição central da segurança internacional desde os ataques do 11 de Setembro de 2001. Por outro lado, Carla Félix trata o fenómeno do terrorismo, quer na sua vertente social, quer na sua dimensão psicológica, sublinhando, à semelhança do autor anterior, o contexto histórico que enquadra o tema.

A região do Mediterrâneo constitui o segundo grande tema do número 109. No seu artigo, Mendo Castro Henriques começa por identificar os riscos, os desafios e as ameaças, com origem na região, para a Europa e a segurança euro-atlântica. Como resposta a estes problemas, sugere uma política de segurança e defesa capaz de promover a cooperação e de construir medidas de confiança política entre os dois lados do Mediterrâneo. Discute, em particular, o papel da Aliança Atlântica na construção de uma ordem de segurança regional, assente em princípios universais, que resultam de um entendimento secular do direito natural. Ainda na área da segurança no Mediterrâneo, Paula Pereira analisa igualmente a natureza da instabilidade da região, considerando-a como uma zona de risco

para a Europa. Segundo a autora, a grande dúvida que se coloca neste momento é se o caminho da região é o do confronto ou o da cooperação. A colaboração entre a União Europeia e os Estados Unidos é uma condição indispensável para o triunfo da segunda hipótese. Por fim, e na mesma linha do artigo anterior, Maria de Céu Pinto considera que a incerteza e a insegurança marcam a região do Mediterrâneo. Num registo crítico, a autora revela mesmo algum pessimismo sobre as possibilidades de sucesso de um regime de segurança multilateral na região.

A Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) e as políticas de cooperação constituem o terceiro tema do número 109, o qual é tratado, à semelhança dos dois primeiros, em dois artigos. Vítor Marques dos Santos justifica através de uma abordagem histórica, onde se sublinha a existência de traços culturais comuns, a construção da CPLP. Considera ainda que a comunidade de Estados lusófonos pode ser explorada politicamente como um factor de projecção estratégica. Adoptando uma perspectiva mais conceptual, Carlos Lopes analisa a evolução dos debates sobre as políticas de desenvolvimento e de cooperação internacional. Propõem, em particular, o envolvimento de novos actores políticos e sociais, como as Organizações Não-Governamentais (ONG) e outros agentes da sociedade civil, e uma revisão do papel do Estado. Apresenta, deste modo, um novo modelo de cooperação.

Os dois temas finais são desenvolvidos, cada um deles, por um único artigo, mas a sua importância não é certamente menor. O General Fontes Ramos considera que a criação da Política Europeia de Segurança e Defesa representa uma transformação significativa na evolução da União Europeia (UE), concluindo o processo, iniciado com o Tratado de Maastricht, que levou a UE a abandonar a sua fase exclusivamente económica. Segundo o General Fontes Ramos, em 2003, a UE demonstrou a sua nova vocação, efectuando com sucesso três operações militares. O tema final do número 109 aborda a questão da segurança no contexto das relações entre a República Popular da China e os Estados ASEAN no mar do sul da China. Partindo de uma análise histórica, que recua até ao final da Segunda Guerra Mundial, Rui Pereira analisa as principais questões estratégicas da região, terminando com alguns cenários para o futuro da segurança regional.

Pode-se, assim, afirmar que o número 109 da *Nação e Defesa* trata de algumas das questões centrais da segurança internacional, desde o terrorismo e a cooperação, até à segurança regional da Europa, do Mediterrâneo, de África e da Ásia oriental, cumprindo deste modo a sua vocação de informar, com rigor e qualidade, os nossos leitores que seguem atentamente e com interesse a política mundial.

João Marques de Almeida